

HISTÓRIA E TERRITORIALIDADE NA TERRA INDÍGENA PROJETO MAPI, NA REGIÃO DO MÉDIO SOLIMÕES¹

Quezia Martins Chaves (PPGAS-UFAM)²

Hilkiene Alves (IDSM-OS)³

Rafael Barbi (PPGAS-UnB; IDSM-OS)⁴

Palavras-chave: EMADÉ, narrativas, territorialidade

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas cresceu o número de pedidos de reconhecimento e regularização de Terras Indígenas (TI), na região do médio Rio Solimões, junto a Funai. Segundo Souza (2010), as comunidades indígenas dessa região são ligadas e organizadas em torno de laços de parentesco, da relação com a terra, da produção, estas segundo ela, compartilham de uma “história comum”: a da dominação colonial, da exploração dos padrões no período da extração da borracha, do processo de transformação em comunidades através da atuação do movimento de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), do Movimento de Preservação dos lagos (SOUZA, 2010).

Dentro desse contexto, temos um grupo Caixana que, atualmente reivindicam a demarcação de sua área de uso como terra indígena (TI). Em 2004 a área foi demandada à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e desde então espera-se a demarcação. A comunidade está situada no quilometro 13 da Estrada da Emade, município de Tefé – Amazonas.

Esta pesquisa teve início em 2013 a partir do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (BIPIC). Dela surgiu a proposta do projeto para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. A pesquisa inicial investigou a maneira como a memória e as narrativas dos moradores do Mapi são acionadas para justificar sua ocupação e direito sobre a terra e também para a autoafirmação do grupo enquanto

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

³ Bolsista PCI – CNPq pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM).

⁴ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de Brasília (UnB).

Caixana. Esta foi construída através do método etnográfico, combinando observação participante e gravação de narrativas.

HISTÓRIA DA COMUNIDADE

Os primeiros moradores do Mapi chegaram, em 1984, como trabalhadores da Empresa Amazonense de Dendê (EMADE), instalada na região da Barreira da Missão em 1982. A área da empresa media 270.000 há. O projeto agroindustrial pretendia “desenvolver” a região através da produção de óleo de dendê, visando aumentar a renda de 625 famílias de pequenos produtores rurais, além de criar 1000 empregos indiretos. A produção de dendê se destinaria a produção do óleo comestível e também a produção de combustível. Para a implementação da empresa, o Governo Estadual e o Governo Federal fizeram um acordo que resultou em um empréstimo de US\$ 35.000.000 ao Banco Mundial, pois esse foi uma das agências financiadoras internacionais da empresa. A EMADE teria cedido a estes 7 ha de suas terras para a agricultura de subsistência.

A EMADE durou pouco mais de 10 anos, em 1993 ela faliu. É nesse momento que a empresa começa a despedir e a desapropriar seus trabalhadores. Estes últimos alegaram não ter para onde ir e continuaram nas terras. Essa permanência foi marcada por grandes conflitos. Por várias vezes, os supostos donos da terra apareceram na tentativa de reintegração de posse. As famílias que permaneceram na área já haviam feito seus roçados, este passou a ser a única fonte de renda.

Atualmente a comunidade continua tendo dificuldade com a continuação e manutenção de suas terras. Foi somente em 1995 que essa localidade foi elevada à comunidade e recebeu o nome de Projeto Mapi, o reconhecimento da comunidade enquanto indígena só ocorreu no ano de 2004.

Em 1997 a Prefeitura Municipal inicia a abertura da estrada, e nesse mesmo período, a Prefeitura autorizou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tefé – STRT a fazer a distribuição dos lotes para as famílias. A pavimentação da estrada só foi completada entre os anos de 2007 a 2008. A construção da estrada intensificou ainda mais os conflitos entre a comunidade Projeto Mapi e o entorno. Nesse momento começam a surgir os balneários, chácaras, fazendas, bares e novas comunidades não indígenas entre outros. Em 2010, o cenário ficou tenso na comunidade. Houve confronto entre os moradores do Mapi e demais atores. Estes alegaram que a área não era demarcada como TI e que as pessoas que ali residem não são índios de “verdade”.

É necessário que entendamos todos os processos que se deram nessa região, desde os descimentos de muitos povos do Alto Solimões (século XVIII), seus aldeamentos, até o início e declínio da extração da borracha. A região do Médio Solimões, no final do século XIX e início do século XX, foi reocupada por vários grupos indígenas provenientes de outras regiões da Amazônia (SANTOS & SOUZA, 2012).

Esse quadro nos faz lembrar o caso dos índios no nordeste do país descritos por Oliveira Filho (1998). Nas duas regiões constitui-se um caso de colonização antiga onde a mistura foi o elemento central entre os grupos indígenas. Nos dois contextos, a maior parte dos povos indígenas foram aldeados juntos em territórios que não os tradicionais (OLIVEIRA FILHO, 1998). A presença do povo Caixana que hoje habitam a região do Médio Solimões se deu por meio de descimentos do Alto Solimões e seus afluentes.

Trago para discussão um grupo étnico não reconhecido pelo seu entorno, chamados de “índios falsos”, índios que não são de “verdade”. O fato de falarem em português juntamente com estas atribuições tem servido de argumento para a entrada de outros atores nas terras de uso desse grupo. Uma terra que antes tinha “dono” agora é de “ninguém”.

A definição do índio como um “indivíduo morador da selva, detentor das tecnologias mais rudimentares e de instituições mais primitivas” (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 115) ainda permeia o imaginário, o mito e, mais globalmente, as representações de um índio genérico. Além do conflito com o entorno, as comunidades tem enfrentado conflitos internos, estes repousam sobre a questão de um não reconhecimento como indígena por parte de alguns moradores da comunidade.

Do grupo em questão, somente os anciões falam na Língua Geral, o restante da comunidade todos falam o português. A agricultura gira em torno do plantio de mandioca, macaxeira, cará, banana, entre outros. A prática da caça é comum na comunidade. A renda dessas famílias vem em sua maioria do comércio da farinha e da coleta de castanha e açaí. Esse grupo apresenta as mesmas características dos grupos descritos por Souza (2010) em seu trabalho intitulado “O voltar a virar índio nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã”, ela apresenta alguns aspectos de seus interlocutores:

Estes povos apresentam poucas lembranças das tradições culturais de seus antepassados, embora resguardem a sua condição indígena na certeza de que seus parentes eram índios. Se não sabem mais fazer rituais ou falar as suas línguas, fazem referência a um antigo que sabia

e que não passou isso pra frente. A força de um ser índio fortalece a identidade “comum” desses coletivos o que parece guardar relação com o próprio aumento do número de pedidos de reconhecimento indígena (SOUZA, 2010, p. 8-9).

De acordo com Lima, nesses grupos a identidade étnica não esta ligada a preservação de uma cultura tradicional. Para a autora, os elementos que assinalam a sua condição indígena estão mais ligados “à sua relação com a terra e ao seu engajamento ativo nas organizações indígenas regionais” (Lima, 1998, p.6).

As narrativas dos interlocutores do Projeto Mapi

As narrativas dos moradores do Projeto Mapi falam de trajetórias individuais e coletivas. Os pontos que abordam falam das histórias dos locais de onde vieram, histórias que se deram nas mesmas, atividades que desempenharam e falam com bastante vigor de tudo que viveram e vivem em Tefé, especificamente na comunidade onde moram. Dessa forma os interlocutores, em suas narrativas contam o que passaram na atual comunidade antes de ser reconhecida com terra indígena.

Seu Paulo, o tuxaua da comunidade relata que trabalhou nessa empresa durante nove anos, e que após a sua falência, ele e sua família continuaram residindo na terra da antiga EMADÉ. A sua permanência nessa área foi marcada por grandes conflitos. Depois que a empresa parou de funcionar, ficaram ali morando 17 pessoas, que constituíam oito famílias, cujos nomes, ele faz questão ler um a um, pois os tem anotado em um caderno:

...aqui eu tenho os primeiros moradores que moraram pela primeira vez aqui... Eu vou falar aqui... Bem esses são, (...) as primeiras pessoas que moraram aqui na comunidade: José Curitiba Peres, João Pinto Baleeiro, Elton da Silva, Lauro Guimarães da Silva, Castelo Moraes, Paulo da Silva Carvalho, Edmar Baleeiro, Sidnei dos Santos, Ricardo Curitiba Gomes, Gelcelane Brandão de Carvalho, Leunilço Gomes, Algecinei dos Santos, Pedro Silva Carvalho, Augusto dos Santos, Sebastião Lucas Curitiba, Rilso Lopes, Rildo Lucas Curitiba (Seu Paulo, 72, Mapi, 2014).

Por várias vezes, os supostos donos da terra apareceram na tentativa de reintegração de posse. Em uma dessas tentativas 29 casas das que haviam sido construídas foram demolidas. Seu Paulo, por sua vez, recusou-se a sair da casa, pois alegou não ter outro local para morar com a sua família.

(...) porque pra aqueles que ficassem eles prometiam até que a gente ia ser morto por eles né, porque nós não tinha o direito... aí nós passamos a ficar aqui, eu neutramente, sem condições de nada, sem que a gente pudesse ter uma ajuda de ninguém. Bem, o gerente me falou: olha você não pode ficar aqui, nunca, porque isso aqui é do Banco Mundial... (Seu Paulo, 72, Mapi, 2014).

Sua esposa, dona Augustinha relembra esses momentos que também presenciou. Segundo seus relatos, quando a EMADÉ faliu, os utensílios da empresa, os materiais de trabalho, entre outras coisas como os eletrodomésticos e outros objetos que faziam parte das casas que haviam sido construídas pela empresa foram todos levados por pessoas de fora da comunidade.

No tempo da empresa, aquele prefeito que era o Hélio Bessa, aí ele mandou fazer essa construção aí no tempo da empresa, mas aí quando terminou, a empresa faliu, aí o pessoal invadiu (...) vixi eles carregaram tudo na cabeça, chega iam lá e iam cá, três cavalo, eles colocavam uma carroçinha ao redor e lá se vai pra beira. E nós ficava tão com pena sentado espiando aquele quebra-quebra danado (Dona Augustinha, 62 anos, Mapi, 2014).

Aí nós ia pra Tefé, nós ia embora vender as coisas, minhas frutas que tinha aí, quando a gente chegava eles tavam conduzindo, tudo pra Barreira, muita, muita coisas mesmo. Quando a empresa faliu, aí ficou tudo, nunca mais que fomo buscar que seja um colchão, uma cadeira, que ficou mito mesmo assim ate no telhado (Dona Augustinha, 62 anos, Mapi, 2014).

Seu Pedro irmão de seu Paulo também conta um pouco daquilo que viveu seu irmão no momento em que a empresa faliu.

...eu cheguei depois do quebra-quebra aqui. Aqui tinha muita casa aqui, mas o povo veio e quebrou... quebra-quebra que faltaram até levar o meu irmão. Depois do quebra-quebra eu cheguei aqui e vi o povo levando tudo na costa, no ombro, de carro, jogando pelo caminho aí, e assim foram tirando tudo, não deixaram nada aqui na EMADÉ. Foi um quebra-quebra de acabar tudo (seu Pedro, 72 anos, Mapi, 2014).

Depois que a EMADÉ faliu, as pessoas que permanecem nesse local passaram a ter outras preocupações, entre elas garantir o sustento de suas famílias, já que não contavam mais com o salário que recebiam da empresa. Uma das formas de suprir suas necessidades seria então escoar os produtos que cultivavam. Enquanto trabalhavam no plantio do dendê, as pessoas que ali ficaram fizeram seus roçados de onde tirariam seus produtos para a venda e sustento de suas famílias. No entanto, a outra dificuldade seria fazer com que esses produtos chegassem até a feira do município, já que não se tinha

estrada pavimentada. A única alternativa era carregar a produção a pé até o Centro da cidade. Esse trajeto durava um dia inteiro, no dia seguinte vendiam seus produtos e retornavam à comunidade, no total esse percurso somavam dois dias. Nesse momento seu Paulo decide pedir ajuda ao prefeito Tel Celani que estava em exercício.

Daí eu disse bem senhor prefeito, nós ficamos lá nós precisamos do senhor e o senhor é o nosso prefeito, é o dono da casa, é o homem do município. Ele disse: não, não posso fazer isso pra você, porque eu vou ser chamado. Eu disse não, nós queremos uma ajuda sua, porque senhor prefeito nós tamo lá, já plantamo algumas batatas, alguma alimentação. Nós queremos uma ajuda sua com uma casa de farinha completa. Eu disse não nós vamos ficar lá mesmo. Aí eu outra disse outra coisa que eu vou lhe pedir, porque nós moramos fica muito distante e quando da uma dor de cabeça, eu queria que você me arranjasse uns calmantes... (Seu Paulo, 72 anos, Mapi, 2014).

O meu irmão Paulo ficou em uma calamidade (...). Muito pesado, muito longe. Gastava dois dias, um pra ir outro pra voltar, pra ir buscar a manutenção pra cá pra EMADE, até eu mesmo ainda fui com ele. Teve um tempo que nem a castanha deu dinheiro, que era a produção daqui, as castanhas foi tudo derrubada e assim foi (Seu Pedro, 72 anos, Mapi, 2014).

Nessa época a estrada da Emade a gente andava todo tempo a pé, não tinha veiculo nenhum pisava na lama todo tempo. A nossa produção a gente levava nas costas ou no burro que tinha aqui, o burro até um dia se zangou comigo e jogou toda minha produção, pisou tudo, o bicho não se deu comigo, era muito brabo... (Seu Pedro, 72 anos, Mapi, 2014).

Quando chegou junto ao prefeito contando o problema pelo qual estavam passando na comunidade, foi pedido a ele que da próxima vez que retornasse a prefeitura levasse o nome de alguém para ser o representante do grupo, pois os mesmos deveriam se organizar como uma comunidade, e somente assim poderiam fazer seus requerimentos.

Ele disse eu vou lhe pedir uma coisa, vocês são um grupo de 08 famílias, daqui pra amanhã, ou depois que você vier aqui você selecione essas pessoas e converse com esse povo pra vocês serem um grupo e ter uma pessoa representante, de representar o grupo, sem assim vocês não podem chegar comigo e falar (Seu Paulo, 72 anos, Mapi, 2014).

Aí nós chegamos em casa, chamei a tenção do pessoal e conversei com eles e disse que tinha que apontar uma pessoa qualquer que seja pra ele ser o nosso representante. Ai muito bem, fizemos o que ele tinha mandado. Tava lá o Dudusca, Zé Curintima, Elton da Silva, Lauro Eguimarães, e Sidinei e Jessinei, Gelson, Sisinho e Edmar Curintima. Eles disse, é o senhor seu Paulo, vai ser o nosso representante (Seu Paulo, 72 anos, Mapi, 2014).

Foi nesse momento, que seu Paulo foi escolhido como o tuxaua da comunidade. Quando retornaram junto ao prefeito, agora organizados, foi entregue a eles a casa de farinha e dois burros e duas carroças.

Quando passou 40 dias o prefeito mandou uma cartinha pra mim. O rapaz veio entregar aqui com toda essa distancia e toda essa dificuldade, mandando que eu fosse lá na prefeitura juntamente com ele rever um objetivo... que era dá uma satisfação, que era o transporte e a casa de farinha completa, e assim surgiu a nossa contemplação de anos e anos, passamos 8 anos isolado aqui pra chegar onde nós tamo (Seu Paulo, 72 anos, Mapi, 2014).

Em suas narrativas seu Pedro, fala do papel que exerceu junto à comunidade. Antes de morar no Projeto Mapi, ele trabalhou como animador de setor⁵, catequista⁶, monitor e alfabetizador do Movimento de Educação de Base (MEB)⁷.

...a primeira atividade que eu dediquei minha vida foi trabalhar no setor, trabalhei sete anos lá no Canariá. Depois em 72 a 74 eu fui pra um lugar, fui pra ser professor, fui dá aula, aí depois, segui minha dedicação e fui viajar com o padre como sacristão no setor de Vila Alencar. Depois eu fui trabalhar como animador de setor no mesmo setor (...). Depois eu vim trabalhar como monitor e professor, comecei no Juruamá, (...) fiquei uns três anos lá, depois vim pra Boca do Mamirauá que chamam de Matêia e fiquei uns três anos lá. Daí trabalhei no Açai que é mesmo confronto, trabalhei um ano... Depois eu vim trabalhar aqui na terra... (Seu Pedro, 72 anos, Mapi, 2014).

Seu Pedro relata ter sido aluno de Irmão Falco, o qual foi, segundo Martins (2013), foi um missionário da Congregação do Espírito Santo que chegou a Tefé em fevereiro de 1964. Falco direcionou seu trabalho para a área missionária, no sentido de capacitar a população que morava no município e também os ribeirinhos para atuarem como protagonistas no processo de emancipação social a qual estavam inseridos.

...estudei com ele e foi onde eu aprendi alguma coisa... o que ele me ensinou em primeiro lugar (...) é cuidar das plantas né... como ele me ensinou o cacau, a goiaba, o ingá, a pupunha, o açai, e finalmente todas as plantas que tinha aqui na região. Porque a planta tem que saber como se cuida dela e como ela pode se desenvolver melhor. E

⁵ Setor é um conjunto de comunidades de uma mesma paróquia reunidas para trabalhar melhor a evangelização. Além disso, era uma estratégia de reunir um conjunto de lideranças que pudessem reivindicar a melhoria das comunidades do referido setor ao poder público

⁶ A palavra “catequista”, segundo Dom Mário, é o mesmo que “dirigente de culto ou agentes de comunidades” em outras regiões (MARTINS, 2014).

⁷ O MEB responsável pelo treinamento da população local nos campos da saúde, educação, cultura e organização comunitária e na articulação de sindicatos rurais. O movimento teve influências pedagógicas do método de educação popular criado pelo educador brasileiro Paulo Freire, que foi divulgado pelos líderes da Igreja progressista da região e utilizado durante o processo de alfabetização da população ribeirinha. As aulas eram transmitidas através da Radio Rural de Tefé (MARTINS, 2014).

assim o irmão Falco me deu uma lição, me ensinou bastante e eu continuei levando esse estudo pra comunidade... (Seu Pedro, 72 anos, Mapi, 2014).

Vale ressaltar que nessa época (1969, época em que seu Pedro começou o seu trabalho junto a Igreja) a Prelazia de Tefé já trabalhava a educação popular através de diversas pastorais na formação de lideranças comunitárias, catequistas, animador de setor, entre outros. No ano de 1963, o processo de formação dessas lideranças direcionada aos jovens e adultos se dava sobre a coordenação do Movimento de Educação de Base (MEB), que foi um movimento educativo ligado à prelazia de Tefé, cujo foco de atuação era a população das comunidades rurais dos municípios que a Prelazia atuava⁸. Esse movimento também foi responsável pela formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)⁹ que incentivava a organização social e política dos ribeirinhos (MARTINS, 2014).

...estudava tudo, esse trabalho de agricultura, plantação de tudo quanto era planta, seringueira... que eu não sabia cortar seringa, e eu fui com ele aprender defumar seringa, fui aprender a apanhar cacau que eu não sabia apanhar, apanhar o mamão. Eu aprendi a apanhar mamão pra vender na feira, e como se faz um apanhador de mamão. Faz uma caixa, daí prega numa vara e pega o mamão que ai o mamão não bate. Tudo isso eu aprendi com ele, muito bom (...) trabalhei no MEB também, eu era instrutor, ensinava os mais tolos do que eu, pra falar na palavra comum (Seu Pedro, 72 anos, Mapi, 2014).

Seu Pedro começou a participar das atividades da Igreja aos 25 anos, no ano de 1969 até 2002. Segundo o mesmo foram mais de 20 anos de trabalho nas comunidades, realizou batizados, casamentos, organizou ajuris.

A minha dedicação era fazer o bem as comunidades e aos meus próximos. Alfabetizei muitas pessoas, eu não formava, eu alfabetizava. Tudo que eu sabia eu ensinava, matemática, da saúde, da agricultura, tudo isso eu fazia. Fiz curso pra agente de saúde, fiz curso pra monitor, pra professor, fiz curso pra catequese, eu tenho no meu currículo tudinho pra comprovar o meu trabalho (Seu Pedro, 72 anos, Mapi, 2014).

⁸ Dom Sergio Eduardo Castriani afirma que a Prelazia de Tefé corresponde a uma área de 258.000 km², equivalente ao Estado de São Paulo (PERALTA, 2012). Dentro deste território estão os seguintes municípios Alvarães, Carauari, Fonte Boa, Itamarati, Japurá, Juruá, Maraã, Tefé e Uarini, como com uma população de cerca de 200.000 pessoas, com unidades de conservação e cerca de trinta áreas indígenas onde vivem 15 povos (MARTINS, 2014).

⁹ As CEB'S são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural) por iniciativas de leigos padres ou bispos (...). São comunidades, porque reúnem pessoas que tem a mesma fé pertencem a mesma Igreja e moram na mesma região (Frei Betto, 1981 p. 07).

Quando perguntado ao seu Pedro qual a função de um animador de setor, sua resposta foi a seguinte:

Animador de setor é gente que trabalha assim em uma comunidade e vai trabalhar no setor. Por exemplo, celebrava culto aqui e depois ia pra outra comunidade levando aquele ânimo pro pessoal trabalhar, fazer um ajuri, pra fazer trabalho e nós chama ajuri né, pra fazer aquele trabalho todo junto, uma comunidade ajudando outra comunidade. E aquilo tem um progresso pra comunidade né que desenvolve (Seu Pedro, 72 anos, Mapi, 2014).

Depois que parou de trabalhar junto às comunidades situadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, seu Pedro mudou-se para atual comunidade Projeto Mapi.

Depois eu vim trabalhar aqui na terra (...) quando eu cheguei aqui nós continuamos em lavar a dedicação dele e eu sempre trabalhando como animador de setor, fazendo os casamentos, batizados (...). E aí continuemos, a gente foi e formou sete batizados aqui na EMADE e parece que seis casamentos (Seu Pedro, 72 anos, Mapi, 2014).

Dáí eu prossegui a viver e trabalhar aqui com ele e to até agora aqui e tamo trabalhando aqui na união, (...) com a união a gente vai prosseguindo com a finalidade de chegar onde a gente tem vontade... (Seu Pedro, 72 anos, Mapi, 2014).

O índio Mapi

Em seus relatos, seu Paulo faz menção a um índio, que também era Caixana e também morou no Mapari. Afirma que o Mapi foi um grande amigo de seu pai e os dois residiram juntos em Tefé. Ele afirma que os mesmo não eram bem vistos diante da sociedade por serem índios.

...o meu pai não era reconhecido com ele em Tefé, e criou-se com um senhor que acolheu ele, Túlio Azevedo que era o prefeito, permaneceu muitos anos aqui, morreu aqui... (Seu Paulo, 72 anos, Mapi, 2014).

...naquele tempo o índio não tinha vez, (...) o índio era subordinado, ele não tinha a vez dele. E hoje em dia a gente já tem graças a Deus. Agora eu tenho um bem estar no meio do meu povo, o reconhecimento. Nós já temos a política indígena, pra vê se a gente chegamos e temo o nosso direito pra um dia a gente ser contemplados em algumas coisas. Mas pra chegar aqui tamo lutando ainda (Seu Paulo, 72 anos, Mapi, 2014).

o Mapi a gente conheceu, como eu já disse pra senhora, ele era do nosso povo, ele saiu de lá de águas abaixo quando o meu pai veio, porque tiveram uma briga, uma desavença entre o povo indígena

contra indígena mesmo. O Mapi (...) era o nosso conterrâneo, aí ele já veio morar com esse prefeito.... (Seu Paulo, 72 anos, Mapi, 2014).

Por esse motivo, seu Paulo, colocou o nome da comunidade de Projeto Mapi. Ele continua explicando:

...ele estava muito doente. Ele não tinha ninguém, ele nunca teve família, o Mapi. Todo tempo ele foi neutramente né, aí o meu pai acolheu ele, depois passou com o prefeito que era o daqui de Tefé, o Túlio Azevedo, e ele morreu depois. Nós colocamos esse nome de Projeto Mapi, por causa da pessoa dele, foi concluído esse nome né. Projeto porque teve esse Projeto de crescer e Mapi é o nome fixo, é uma homenagem a ele (Seu Paulo, 72 anos, Mapi, 2014).

Os narradores falam de tudo que já passaram, falam de lutas, reivindicações, conquistas, no entanto, admitem que ainda há muito o que fazer na comunidade. O Projeto Mapi foi elevado à comunidade no ano de 1995, o reconhecimento da área como terra indígena só ocorreu no ano de 2004.

Aqui permaneci morando, vivendo traduzindo, vendo se a gente podia conseguir o que hoje nós estamos correndo atrás, pra vê se um dia a nossa terra é homologada. Nós prosseguimos viver na nossa tradição, eu ainda tenho a minha língua, eu ainda falo, já estava quase esquecido porque não tinha com quem falar, pronunciar na língua né.. Hoje em dia eu tenho o meu filho que ta sendo um professor (Seu Paulo, 72 anos, Mapi, 2014).

Discussão e resultados

Na antropologia, a territorialidade é vista “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” (LITTLE, 2002, p. 3). Dessa forma, cada território surge de ações de territorialidade exercidas por um determinado grupo social, ao que nos remete que “qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos” (LITTLE, 2002, p. 3).

Quando seu Paulo, dona Augustinha e seu Pedro falam da resistência à EMADÉ em desapropriá-los da área que ocupam até hoje, isso marca o tempo da construção da autonomia dos mesmos e dos demais que ali continuaram e da autoconstrução enquanto sujeitos ativos. O que é significativo para eles hoje é o período que começa com a organização política e a luta por sua terra e direitos.

De acordo com Little (2002), a legitimidade sobre um território não se baseia em leis ou documentos de terra, nesse caso a memória assume esse papel, a mesma dá

consistência de pertencimento da terra ao grupo, pois o mesmo incorporou dimensões simbólicas e identitárias nas relações que deram e ainda assim continuam. Ainda com o autor, “a memória espacial nem sempre se refere a um lugar primordial de origem do grupo, mas pode se modificar para atender a novas circunstâncias e movimentos” (Little, 2002, p.11).

Nas narrativas, frequentemente, seu Paulo afirma que Mapari é terra de Caixana, e que o mesmo teria vindo de lá, ou seja, está sempre se reportando ao local de origem. A hipótese seria, que quando ele fala disso, esta reforçando a sua identidade étnica. O seu Pedro, não trabalhou na EMADÉ, afirma ter chegado na comunidade na época em a empresa faliu. Em sua fala, podemos perceber a importância da formação enquanto catequista, animador de setor, instrutor e professor. A Prelazia participou tanto no processo de formação das comunidades eclesiais de base (CEB’S), como também na formação de líderes comunitários, entre eles, seu Pedro. Quando narra esse momento de sua vida a faz dando ênfase no papel que desempenhou em várias comunidades, no entanto, depois conclui que tudo que aprendeu colocou em prática quando mudou-se para o Projeto Mapi. Percebemos que ele assim faz para enfatizar o trabalho que ainda desenvolve na atual comunidade onde mora. Pois quando chegou foi responsável pela realização de vários casamentos e batizados.

Quando os moradores do Mapi, narram suas histórias, elas não estão apenas relembando, elas também estão reconstruindo-as e mostrando por intermédio dessas, o direito que elas têm sobre a área que ocupam. Isso fica claro, quando Halbwachs (apud Silva; Barros, 2010), diz que a memória está também ligada ao espaço onde ocorreram as experiências. As lembranças, além de se vincularem às vivências, também se associam ao ambiente onde elas acontecem, e este é sempre fonte de testemunho, linguagem e sentido.

Com efeito, o espaço sempre é marcado pelo grupo que o habita, pois todas as ações dos seus membros se traduzem em transformações de ordem espacial. Os costumes e as práticas estão inscritos materialmente no meio no qual se vive, pois quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem (HALBWACHS, 1990 apud SILVA; BARROS, 2010, pg. 70).

Dessa forma, segundo Silva e Barros (2010), a memória coletiva é um diferenciador de conjuntos de pessoas, pois fundamenta e reforça sentimentos de

pertencimento e fronteira, possibilitando a apropriação da memória coletiva e a adoção de identidades mobilizadora na luta por direitos.

Nesse caso, as memórias de seu Paulo e dona Augustinha, recorrerem à fase em que começaram a trabalhar na EMADE, e no caso de seu Pedro no momento em a empresa fali, momento em que chega à comunidade. Quando narram suas vivências coletivas ocorridas no Mapi, as usam para reforçar o direito que eles têm sobre a terra.

Conclusões

A comunidade Projeto Mapi recebeu marca desses narradores, assim, como as vivências que ali se deram os marcaram também. Esses elementos que marcaram essas trajetórias tem um sentimento claro para essas pessoas, sentimento de luta, dificuldades, conquistas e anseios. Dessa forma, a comunidade Projeto Mapi os faz lembrar pessoas e relações sociais que ali se deram e se formaram. Essas narrativas desempenha um papel fundamental nos processos históricos. Elas são acionadas para a legitimação sobre a terra.

No mesmo modo em que essas lembranças são reconhecidas, elas são também reconstruídas. Elas são reconhecidas quando falam dos objetivos alcançados e são reconstruídas, pois não é uma repetição de acontecimentos e vivências do passado, elas são resgates de acontecimentos e vivências que são atualizadas em um quadro de preocupações e interesses atuais. Percebemos o significado desse coletivo para a construção dessas memórias, pois as mesmas revitalizam as suas relações sociais.

Referências

LIMA, D. M. Relatório da apresentação do projeto dos corredores ecológicos aos povos indígenas do Médio e Alto Solimões, 1998.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, 322, 2002.

MARTINS, Eliomara Ramos. **Práticas Pedagógicas no processo de formação de lideranças da Prelazia de Tefé Monografia de Licenciatura em Pedagogia.** Universidade do Estado do Amazonas. Centro de Estudos Superiores de Tefé. 2014.

MARTINS, Eliomara Ramos. *Vida e Obra de Irmão Falco Michiels e o seu envolvimento com o movimento de preservação de lagos na região do Médio Solimões.*

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM, 2013.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* [online]. 1998a, vol.4, n.1, pp. 47-77.

SANTOS, Rafael Barbi C.; SOUZA, Mariana de Oliveira. “'Todo amazonense é índio’: o argumento inclusivo dos indígenas emergentes no médio Solimões”. **Anais da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia**. São Paulo, SP: Associação Brasileira de Antropologia. 2012.

SCHMIDT, Maria Luiza Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência**. São Paulo: Instituto de Psicologia - USP, 1993.

SILVA, V. P.; BARROS, D. D. Método história oral de vida. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010.

SOUZA, Mariana Oliveira e. O voltar a virar índio nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã. **Anais da 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia**. Belém, Pará: Associação Brasileira de Antropologia. 2010.